



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS/CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**NOTA TÉCNICA nº 02/2011/CTPNRH/CNRH/MMA**

Brasília/DF, 21 de novembro de 2011.

Ao Senhor,

**JULIO THADEU SILVA KETTELHUT**

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL

**ASSUNTO: Processo de Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012 – 2015.**

**CONTEXTUALIZAÇÃO:**

O documento, objeto de avaliação nesta Nota Técnica, foi submetido à apreciação desta Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH pela SRHU/MMA como sendo resultado do processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. O documento foi desenvolvido a partir de roteiro proposto pelo Grupo Técnico de Articulação Interinstitucional SRHU e ANA, buscando consolidar os resultados do processo de consulta ao Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SINGREH, sobre as prioridades do PNRH para os próximos quatro anos, além de sistematizar orientações e diretrizes sobre a implementação do PNRH.

Cabe destacar que o documento apresentado cumpre apenas em parte o que estabelece a Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, segundo a qual a revisão do PNRH deveria acontecer a cada quatro anos e contemplaria os Volumes II, III e IV do PNRH: Volume II - Águas para o Futuro: Cenários para 2020, Volume III – Diretrizes e Volume IV - Programas Nacionais e Metas. A revisão do Volume I, Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil, seria realizada a partir da compilação dos relatórios de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil, elaborados, anualmente, pela Agência Nacional de Águas.

Em realidade, o documento de revisão do PNRH, ora apresentado, contempla somente o Volume IV – Programas Nacionais e Metas.

Muitas foram as dificuldades encontradas, nos anos seguintes à aprovação do PNRH pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em 2006, para se assegurar uma equipe técnica dedicada ao processo de gerenciamento da implementação do PNRH e que pudesse, em consequência, contribuir ao processo de revisão.

A então Secretaria de Recursos Hídricos do MMA (SRH/MMA) passou por uma reestruturação funcional e houve redução do quadro de servidores dedicados ao PNRH. Essa nova situação acabou por definir o escopo e a abrangência da revisão que poderia ser feita e apreciada pelo CNRH.

Particularmente, não houve condições, em face da equipe reduzida, de se proceder a uma necessária avaliação *a posteriori* sobre a implementação dos programas previstos na primeira versão do PNRH e sobre as causas de um baixo nível de execução observado em boa parte desses programas. Não foram assim identificados elementos críticos necessários que justificassem uma revisão dos Cenários e das Diretrizes (Volumes II e III do PNRH).

Os resultados desse primeiro processo de revisão do PNRH foram consolidados no documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012-2015”, ora em análise, que sintetiza diretrizes e orientações sobre o PNRH, além dos principais resultados de um processo participativo de consulta ao SINGREH, desenvolvido em 2010. Esse processo de consulta, envolvendo as 12 Regiões Hidrográficas Brasileiras e questões temáticas específicas permitiu definir 22 prioridades do PNRH para 2012-2015.

O documento apresenta, também, um exercício de compatibilização das prioridades do PNRH com o Planejamento do Governo Federal (PPA 2012-2015), em que se buscou a definição de uma “agenda transversal da água”, no âmbito das políticas setoriais com interfaces com a gestão dos recursos hídricos.

É importante observar que o documento ora apresentado não substituiria nenhum dos atuais 4 volumes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas constituir-se-ia como um quinto volume em que se apresentam prioridades para implementação do Plano no período 2012-2015.

A participação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG no processo de revisão foi oportuna para a indução de uma agenda positiva em torno da implementação do PNRH. Dentre os Programas Temáticos do PPA Federal, cabe destacar o Programa 2026 - Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos, que reúne um conjunto de iniciativas que possuem total aderência com as prioridades do PNRH. O referido Programa destaca, em seu contexto, a “abrangência nacional do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e seu cunho

eminentemente estratégico, pois, além de subsidiar ações voltadas à implementação do SINGREH, revelando seu caráter de instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, subsidia linhas temáticas e diretivas que se articulam com o Plano Plurianual - PPA buscando a coordenação e a convergência de ações de governo em temas de marcado interesse para a gestão dos recursos hídricos”. O MPOG recomendou, nesse sentido, que o Programa “Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos” do PPA Federal busque contemplar os Programas do PNRH, abrindo oportunidades para as articulações necessárias à sua implementação.

Seria altamente desejável que, em próximas revisões do PNRH, pudesse se reproduzir, em nível dos Estados, a mesma articulação que se obteve no nível federal com as instâncias de planejamento governamental estadual.

## **ANÁLISE:**

**Avalia-se como bom e pertinente o conteúdo do documento apresentado**, habilitando-o a uma aprovação pelo Plenário do CNRH.

Há, ainda, necessidade de aprimoramentos e correções na forma do documento, mas não há restrições quanto ao conteúdo apresentado.

É entendimento que, tendo em vista as limitações associadas ao desenvolvimento do trabalho, sobretudo no que se refere ao número de técnicos envolvidos ao longo dos dois últimos anos, o resultado pode ser julgado como satisfatório.

No entanto, em termos absolutos, pode-se ressaltar a falta de uma análise *a posteriori* crítica sobre a implementação do PNRH no período 2006-2010.

## **CONCLUSÃO:**

Em face do exposto, **recomenda-se a análise pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL do documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012-2015” e da minuta de Resolução do CNRH** que o aprova para posterior envio ao Plenário do CNRH.

Registra-se que há necessidade de correções e ajustes na forma do documento.

Ressaltam-se a qualidade, a pertinência e a oportunidade do documento, mesmo em se considerando o contexto desfavorável em que o trabalho se desenvolveu.

Salienta-se, por oportuno, que esse primeiro processo de revisão do PNRH foi rico em aprendizagens. Ao longo dos últimos dois anos em que se desenrolou, surgiram questionamentos

e dificuldades que levam à constatação da necessidade de se rever e de se aprimorar o processo de revisão.

Recomenda-se, por fim, que, oportunamente, a CTPNRH se proponha a avaliar os aprimoramentos necessários ao processo de revisão para subsidiar próxima discussão no âmbito do CNRH.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Oscar de Moraes Cordeiro Netto', with a stylized flourish at the end.

**OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO**

Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH